



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade de Gestão da Integridade

UNIDADE DE GESTÃO DE INTEGRIDADE

ATA Nº 01/2020

1 Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte, com início às nove horas e trinta minutos, foi
2 realizada, via webconferência, através do link <https://conferenciaweb.mp.br/webconf/ifrs-prodi>, a
3 primeira reunião da Unidade de Gestão de Integridade (UGI) do Instituto Federal do Rio Grande
4 do Sul (IFRS). A sessão foi convocada por Conceição Aparecida Gonçalves Destro, secretária da
5 UGI e coordenada pela Pró-reitora Adjunta de Desenvolvimento Institucional, Letícia Martins de
6 Martins. Estiveram presentes os seguintes membros da Unidade de Gestão da Integridade:
7 Letícia Martins de Martins e Conceição Aparecida Gonçalves Destro, Pró-reitoria de
8 Desenvolvimento Institucional; Grazielle Marin Leite, Pró-reitoria de Administração; Suelen da
9 Rolt, Diretoria de Gestão de Pessoas, representando o servidor Marc Emerim e William Daniel
10 Silveira Pfarrius, Unidade de Auditoria Interna. O servidor Bruno Diniz Machado, da Pró-reitoria
11 de Desenvolvimento Institucional participou da reunião para auxiliar na transmissão online. A
12 reunião foi convocada com a seguinte pauta: **1) Revisão do Plano de Integridade; 2) Minuta do**
13 **Código de Conduta; 3) Monitoramento e gerenciamento das medidas de tratamento de riscos**
14 **à integridade.** Letícia Martins de Martins, abriu a reunião, cumprimentou os participantes e
15 informou que Amilton de Moura Figueiredo, presidente da UGI e Autoridade de Monitoramento,
16 não participaria da reunião porque naquele momento estava participando da reunião de gestão.
17 Informou sobre a nova portaria de designação dos membros da UGI e apresentou a servidora
18 Conceição Aparecida Gonçalves Destro, que passou a integrar a Unidade de Gestão da
19 Integridade em substituição ao servidor Daniel Bento Maia. Conceição Aparecida Gonçalves
20 Destro informou que iniciou as atividades da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional no
21 início do mês de março, e desde então está se apropriando das atividades e documentos
22 inerentes ao setor. Informou ainda sobre a publicação da Portaria nº 304, de nove de abril de
23 dois mil e vinte, que revogou a Portaria nº 423, de cinco de julho de dois mil e dezenove e
24 designou os servidores para integrarem a Unidade de Gestão de Integridade (UGI) do Instituto
25 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, a referida portaria já havia
26 sido enviada ao membros da UGI para ciência. Após, iniciou a discussão dos temas da pauta. **“1)**
27 **Revisão do Plano de Integridade”** - Conceição Aparecida Gonçalves Destro informou que de
28 acordo com levantamento realizado, a maioria das medidas de tratamento para os principais
29 riscos para a integridade apresentados no Plano de Integridade já foram implantadas, desta
30 forma é necessário que os membros da UGI revisem o plano de Integridade para detectar quais
31 são os novos desafios que impactam a gestão da integridade neste momento e o que pode ser
32 feito para melhorar a questão dos riscos para a integridade. Esta revisão deverá ser iniciada após
33 o levantamento dos indicadores do primeiro semestre de dois mil e vinte. Passou-se em seguida
34 ao item **“2) Minuta do Código de Conduta”**. O documento está praticamente pronto, com
35 contribuições de alguns membros da UGI, mas faltam as contribuições da Comissão de Ética,

36 decidido aguardar as demais contribuições antes de enviar para parecer do Procurador. Na
37 sequência passou-se para o item 3 **"Monitoramento e gerenciamento das medidas de**
38 **tratamento de riscos à integridade"**. Conceição Aparecida Gonçalves Destro apresentou um
39 quadro com a situação de cada medida de tratamento definida no Plano de Integridade: 1. **"Criar**
40 **a Secretaria Executiva da Comissão de Ética"** - situação: Implantada. 2. **Instituir a comunicação**
41 **entre a Comissão de Ética e Comissão de Correição sobre processos vigentes"** - situação:
42 Implantada. 3. **Elaborar a Política de Segurança de Informação do IFRS"** e 4. **Elaborar a Política de**
43 **Gestão de Riscos do IFRS"** Letícia Martins de Martins informou que ambas estão em andamento,
44 inclusive foi realizada uma reunião com o pessoal da RNP para ver questões mais técnicas.
45 Informou ainda que considerando que a política da segurança da informação está no âmbito da
46 gestão de riscos, há a proposta de criar um comitê único que envolva a Gestão de Riscos,
47 Governança e Controles Internos, faz parte desse comitê os diretores dos *campi*. Na reunião do
48 Colégio de Dirigentes do mês de março do presente ano, foi composta uma subcomissão que
49 ficará responsável pela elaboração da minuta da Política de Gestão de Riscos. Conforme Letícia
50 Martins de Martins, em virtude da paralização das atividades presenciais, esse assunto ficou um
51 pouco parado, porém, informou que apesar de ainda não termos a política de gestão de riscos,
52 no Relatório de Gestão já serão mapeados os riscos relacionados aos planos de ação. William
53 Daniel Silveira Pfarrius reforçou a necessidade da implantação da Política de Gestão de Riscos,
54 pois já deveria ter sido implantada desde maio 2017, mas por enquanto a CGU ainda não está
55 cobrando formalmente. Informou ainda que já houve apontamento no Relatório de Auditoria de
56 2018, desta forma, a CGU já está ciente dessa situação. Em relação às ações sob responsabilidade
57 da Diretoria de Gestão de Pessoas, Conceição Aparecida Gonçalves Destro informou que Marc
58 Emerim enviou por e-mail a situação de cada uma, conforme os itens 5 a 9 a seguir. 5. **"Aumentar a**
59 **segregação de função nos processos de cadastro e pagamento de pessoal"**
60 Situação: Implantada. Conforme informações fornecidas por Marc Emerim, as atividades estão
61 divididas e organizadas de forma a garantir a segregação de funções no Cadastro e Folha de
62 pagamento, foi publicada a Ordem de Serviço nº 06/2019, que estabelece procedimentos
63 relativos ao cadastro, pagamento e lançamento de dados no Sistema Integrado de Administração
64 de Recursos Humanos (SIAPE), e dá outras providências. 6. **"Desenvolver fluxos e procedimentos**
65 **que facilitem o controle para a atuação de fiscalização de pagamentos de pessoal"** - situação:
66 Implantada. De acordo com a informação repassada por Marc Emerim, os processos
67 considerados críticos, com maior fragilidade de controles foram sanados através do
68 estabelecimento dos seguintes procedimentos: Ordem de Serviço nº 01/2019, que estabelece
69 procedimentos relativos ao ressarcimento de valores a título de saúde suplementar; Ordem de
70 Serviço nº 02/2019, que estabelece procedimentos relativos ao fluxo de processos de progressão
71 por mérito profissional dos servidores técnico-administrativos; Ordem de Serviço nº 03/2019,
72 que estabelece procedimentos relativos ao registro no e-Pessoal do atos de admissão,
73 desligamento e concessão de aposentadoria; Ordem de Serviço nº 04/2019, que estabelece
74 procedimentos a serem observados pelas Unidades de Gestão de Pessoas para a concessão do
75 Auxílio – transporte no âmbito do IFRS e Ordem de Serviço nº 06/2019, que estabelece
76 procedimentos relativos ao cadastro, pagamento e lançamento de dados no Sistema Integrado
77 de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), e dá outras providências. Suelen da Rolt
78 reforçou que foram tomadas ações em relação aos processos mais críticos, com mais incidência
79 de apontamentos pela Auditoria. 7. **"Reforçar ações junto aos *campi* sobre a necessidade de se**



80 receber os pedidos dentro do prazo da folha de pagamento de pessoal. Evitar inclusão de
81 pagamentos no dia de homologação de folha” situação: Em andamento. De acordo com
82 informações enviadas por Marc Emerim, está sendo elaborada a sistematização e automatização
83 dos procedimentos para que se evite a perda de prazos. Durante o período de trabalho remoto
84 será aperfeiçoado as formas para minimizar a intempestividade das informações prestadas à
85 folha de pagamento. Suelen da Rolt ressaltou que o prazo da homologação da folha de
86 pagamento é apenas para correções, e não para novas inclusões, devem ser obedecidos os prazos
87 pré-estabelecidos. Conceição Aparecida Gonçalves Destro abordou a necessidade de
88 implantação dos processos eletrônicos, especialmente em virtude do trabalho remoto para que
89 os servidores não fiquem prejudicados. Suelen da Rolt informou que já houve reunião do Comitê
90 de Gestão de Pessoas e este assunto está sendo tratado. Letícia Martins de Martins reforçou que
91 já estão sendo verificadas as questões técnicas que envolvem a implantação dos processos
92 eletrônicos. **“8. Revisar as normas relativas às remoções e redistribuições de servidores”**
93 situação: Em andamento. A minuta está em construção, após, será levada para a discussão da
94 CIS, CPPD e COGEPE, para por fim, haver nova normativa vigente. Ainda sem prazo de término.
95 **“9. Quantificar os riscos (químicos, físicos, biológicos) nos ambientes de trabalho, dando maior**
96 **confiabilidade aos laudos técnicos de insalubridade”** situação: Não iniciada. Conceição
97 Aparecida Gonçalves Destro informou que conforme conversa com servidores da SATS, ocorrida
98 no início do mês de março, esta ação ainda não tem previsão de ser iniciada e de acordo com a
99 equipe, este é um trabalho complexo e mesmo se iniciasse em 2020 não seria possível terminar
100 até 2022. Suelen da Rolt disse que Marc Emerim não repassou nenhuma informação sobre esse
101 assunto, mas acredita que talvez haja dificuldade de realização por envolver a compra de novos
102 equipamentos para aferição dos riscos. Grazielle Marin Leite sugeriu que seja avaliada a
103 contratação de empresa, e nesse caso pode ser designado um grupo de trabalho para melhor
104 avaliar o termo de referência, além disso, fazendo um estudo pode-se pleitear recurso junto ao
105 Governo. Os membros da UGI discutiram sobre o tema e levantaram algumas dificuldades
106 possíveis para implantar essa ação, tais como: equipe reduzida; falta de orçamento para
107 contratação de prestador de serviço e aquisição de novos equipamentos, além das exigências
108 legais. Letícia Martins de Martins sugeriu encaminhar este assunto para ciência do reitor
109 considerando que essa ação reapresenta um grande risco para integridade e que nenhum
110 membro da UGI é especialista neste tema. Os membros da UGI presentes na reunião acataram a
111 sugestão. Na sequência foi discutido o item 10. **“Realizar a capacitação dos servidores**
112 **requisitantes sobre pesquisa de mercado baseado na IN 03/2017”** situação: Implantada. De
113 acordo com Grazielle Marin Leite, essa capacitação é realizada pelos próprios servidores
114 responsáveis pelas licitações, tanto na reitoria quanto nos *campi*, e é uma ação contínua e
115 necessária para todos os processos. Conceição Aparecida Gonçalves Destro sugeriu que a DLC
116 registre formalmente as capacitações realizadas, através do Departamento de Desenvolvimento
117 de Pessoas. **11. Designar equipes técnicas com conhecimento do objeto para realização do**
118 **planejamento das contratações”** situação: Implantada. Grazielle Marin Leite informou que essa
119 é uma ação contínua, foi implantada no calendário de licitações compartilhadas. A DLC já possui
120 Instruções Normativas que são revisadas todos os anos. Informou ainda que os pregões
121 compartilhados para aquisição de materiais e equipamentos, envolve equipes multidisciplinares,
122 com participantes de várias áreas, de acordo com o objeto da contratação/aquisição. Em relação
123 a este tema, foi detectado pelos membros da comissão que há um grande risco para a integridade

124 que precisa ser mitigado para tornar os processos mais seguros, que é o fato ocorrido em algumas
125 unidades em que os contadores não participam das equipes de planejamento do pregões de
126 terceirizados, e os fiscais e os gestores de contrato não têm como saber algumas questões
127 contábeis, causando riscos para os fiscais de contrato. Os membros discutiram a questão e ficou
128 definido encaminhar o assunto ao reitor. **12. "Realizar a capacitação dos servidores e apoio de**
129 **área técnica sobre análise de planilha comparativa de preços no planejamento da contratação"**
130 **situação: Implantada.** Grazielle Marin Leite informou que foi criada uma Comunidade de Prática
131 para os fiscais de serviços terceirizados. **13. "Difundir o uso do Manual de Fiscalização de**
132 **Contrato" situação: Implantada.** O referido manual foi elaborado em 2004 e a atualização é
133 realizada anualmente. **14. Realizar capacitação dos Fiscais de Contrato" situação: Implantada.**
134 Conforme Grazielle Marin Leite, a capacitação é realizada através da realização do curso de
135 Fiscais de Contrato da plataforma EaD do IFRS, todos os servidores designados como fiscais de
136 contrato devem realizar a capacitação. Letícia Martins de Martins sugeriu que na própria portaria
137 de nomeação já seja indicada a realização da capacitação. Dando sequência à reunião foi
138 abordado o tema **"Política de Combate ao Assédio no âmbito do IFRS"**, Letícia Martins de
139 Martins informou que está em andamento, a minuta está pronta e será analisada pelo Colégio
140 de Dirigentes antes de ser encaminhada à Procuradoria Jurídica. **Encaminhamentos:** 1. Revisar a
141 minuta do Código de Conduta do IFRS – novas contribuições - Prazo: quinze dias; 2. Realizar o
142 levantamento dos Indicadores dos temas ligados à integridade – realizar o levantamento do
143 primeiro semestre e encaminhar até o final de agosto; 3. Iniciar a revisão do Plano de Integridade
144 - Prazo: a ser definido na próxima reunião da UGI; 4. Encaminhar ao reitor o riscos para a
145 integridade apontados na presente reunião. Ficou pré-agendada a próxima reunião da UGI para
146 o mês de setembro próximo. Nada mais a ser tratado, a coordenadora da reunião, Letícia Martins
147 de Martins agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu,
148 Conceição Aparecida Gonçalves Destro, secretária da reunião e da Unidade de Gestão da
149 Integridade, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, segue por mim datada e assinada
150 pelos presentes. Bento Gonçalves, trinta de abril de dois mil e vinte.

Conceição Aparecida Gonçalves Destro _____

Grazielle Marin Leite _____

Letícia Martins de Martins _____

Suelen da Rolt _____

William Daniel Silveira Pfarrius _____

Aline Terra Silveira (Ausente)

Amilton de Moura Figueiredo – Ausente (justificou – Suplente: Letícia Martins de Martins)

Cíntia Tavares Pires da Silva – Ausente

Marc Emerim – Ausente (representado por Suelen da Rolt)

Márcio Cristiano dos Santos – Ausente (Suplente: Grazielle Marin Leite)

Margô Beatriz Nilsson Ballottin – Ausente

Suelen Patrícia dos Santos – Ausente (Suplente: Suelen da Rolt)